

OS DESAFIOS DA SEGUNDA ESCRAVIDÃO

MARQUESE, Rafael de Bivar; e SALLES, Ricardo (orgs.). *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 320 p.

Resultado de uma conferência realizada na USP, em 2013, essa coletânea apresenta cinco capítulos produzidos por historiadores com longa trajetória de pesquisas sobre o tema. Estados Unidos, Cuba e Brasil são os cenários dos textos. O fio condutor é o debate sobre a “Segunda Escravidão”. O conceito vem sendo desenvolvido nas últimas duas décadas, a partir da publicação de um artigo de Dale Tomich, em 1988, intitulado “Rethinking the Nineteenth Century: Movements and Contradictions”, que foi inserido em livro publicado em 2004.¹ Desde então, agregou pesquisadores de diferentes gerações, unidos por um interesse comum nas análises comparativas das sociedades escravistas, nas discussões sobre a expansão do capitalismo, nas transformações operadas no mundo do trabalho a partir da Revolução Industrial, na crítica tan-

to aos estudos micro-históricos do fenômeno, como às perspectivas do pós-modernismo.

A maior parte dos textos da coletânea apresentam propostas que combinam discussões historiográficas com pautas específicas de pesquisa teórica. O tom indica a intenção de abordar temáticas mais amplas, através de perspectivas que enfatizam a macroanálise. Já na introdução os organizadores afirmam:

A ênfase unidimensional na microanálise, na agência individualizada, nas identidades culturais essencializadas mostrou-se incapaz de dar conta de processos sociais mais amplos e complexos. (p. 9)

Ressalte-se que, apesar do apelo às comparações e a criação de categorias mais gerais de análise, os capítulos variam segundo o cenário nacional analisado, destacando as correntes historiográficas mais significativas em cada um dos contextos específicos, sugerindo uma forte conexão nacional às perspectivas internacionalizantes e às propostas comparativas.

¹ Dale Tomich, *Through the Prism of Slavery: Labor, Capital, and World Economy*, Laham, MD: Rowman & Littlefield, 2004. Ver nota nº 1 do artigo de Robin Blackburn na coletânea.

A temática central envolve a percepção de que, a partir da revolução em Saint Domingue/Haiti (1791), da primeira emancipação francesa no Caribe (1792) e da proibição do tráfico para as colônias inglesas (1807), houve um decréscimo da atividade escravista, especialmente significativo nas áreas de *plantation* inglesa e francesa. Esse movimento marcava o fim da escravidão mercantilista, ou Primeira Escravidão. Essa aparente retração, entretanto, não implicou no recuo da escravidão negra como forma de trabalho compulsório em outras áreas das Américas. O impacto da revolução industrial e as transformações nas estruturas dos mercados e do comércio atlântico decorrentes da aceleração da industrialização teriam impulsionado uma aceleração da atividade escravagista, que incluía o crescimento do tráfico transatlântico e da produção de mercadorias voltadas para os emergentes padrões de consumo estabelecidos na Europa e no norte dos Estados Unidos. Essa expansão perdurou até que a vitória da União na Guerra Civil Americana e a consequente emancipação de quase quatro milhões de pessoas forçassem os governos do Brasil e da Espanha a considerar com seriedade o fim da escravidão em suas respectivas áreas de soberania. Este processo levou à emancipação gradual, com término na década de 1880.²

² Sobre a posição da Espanha, ver Christopher Schmidt-Nowara, “From Aggression to Crisis: The Spanish Empire in the 1860s”, in

A Segunda Escravidão elevou os ritmos de produtividade envolvidos na geração de mercadorias essenciais ao mundo que a Revolução Industrial ajudou a criar, ampliando (nos casos cubano e brasileiro) o tráfico transatlântico de escravos até meados do século XIX. Da mesma forma, ela impeliu o tráfico interno das regiões costeiras para o oeste escravista dos Estados Unidos e do nordeste para o sudeste do Brasil. Esse processo teria implicações para o ritmo do trabalho escravo, para a expansão das áreas cobertas pela exploração da mão de obra cativa e para a consolidação de elites escravocratas. Os grupos senhoriais nestas regiões adquiriram poder e autoridade suficientes para influenciar na governança tanto de estados nacionais independentes, casos da república dos Estados Unidos e do império do Brasil, quanto de áreas coloniais mais dinâmicas do decadente império espanhol, como Cuba e Porto Rico — que emergem na paisagem oitocentista com uma renovada produção açucareira. Esse processo foi propulso através da expansão da atividade algodoeira pelo sudoeste norte-americano durante o período compreendido entre a guerra de independência e a guerra civil, acompanhada pelo desenvolvimento da cultura cafeeira no médio Paraíba brasileiro e, como já mencionado,

Don H. Doyle (org.), *American Civil Wars: The United States, Latin America, Europe, and The Crisis of the 1860s* (Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2017), pp. 125-146.

pelo desenvolvimento da atividade açucareira cubana ao longo do século XIX. A alta produtividade e o sofrimento humano decorrentes dessa etapa de revitalização são apresentados como marcas de uma era, durante a qual, a despeito do recrudescimento de movimentos abolicionistas, escravidão e capitalismo se aliaram num processo de expansão sem precedentes.

As referências informando os estudos da presente antologia têm como ponto de partida o trabalho pioneiro de Eric Williams, que primeiro vinculou a escravidão caribenha ao capitalismo. O próprio título da coletânea homenageia e transforma o título homônimo do clássico do historiador trinitino.³ Outras referências importantes incluem os trabalhos de Immanuel Wallerstein sobre o *world system*, de Fernando Novaes sobre o antigo sistema colonial, além da farta historiografia sobre modos de produção escravista. As abordagens propostas procuram resgatar uma análise macrocomparativa da escravidão, fortemente vinculada à crítica feita por Marx à teoria econômica clássica. Nesse sentido, as ideias expostas surgem como síntese de um conjunto de discussões com agendas convergentes, ainda que vinculadas a concepções e experiências acadêmicas distintas.

O primeiro capítulo é de autoria de Robin Blackburn, importante re-

ferência historiográfica da escravidão, ex-editor da *New Left Review*, com pesquisas renomadas na área da ascensão e crise da escravidão moderna. O historiador britânico apresenta a temática de forma didática, justificando sua associação a essa corrente historiográfica a partir da constatação de que a industrialização e a modernidade não levaram ao fim da escravidão negra nas Américas. Para Blackburn,

A segunda escravidão representava um regime escravista mais autônomo, mais duradouro e, em termos de mercado, mais ‘produtivo’, capaz de suportar a ofensiva da Era das Revoluções e de atender à crescente demanda pelos produtos das *plantations*. (p. 17)

A originalidade da Segunda Escravidão residiria no fato de ter sido um regime de trabalho “descolonizado”, profundamente relacionado à aceleração do capitalismo num contexto de autonomia e descentralização políticas crescentes. Após uma breve introdução ao conceito, a segunda metade do artigo dedica-se à descrição dos eventos que impeliram a transição da primeira para a segunda escravidão, incluindo um novo processo de globalização e a melhoria das condições de vida de camadas da população europeia, além da ampliação do mercado norte-americano. A melhoria da condição socioeconômica dos trabalhadores, aliada ao crescimento das classes médias, gerou novos hábitos de consumo, como o café da manhã, que foram popula-

³ Eric Williams, *Capitalism and Slavery*, Nova York: G. P. Putnam’s Sons, 1966. Primeira edição de 1944.

rizados na vigência de trocas livre-cambistas. O texto de Blackburn flui com clareza, encerrando a com o início do período da Segunda Escravidão, sem entrar em maiores detalhes sobre sua evolução posterior.

O texto seguinte é de autoria de Dale Tomich, professor da State University of New York, em Binghamton-EUA, e principal referência da corrente. Na primeira parte do capítulo, Tomich concentra sua crítica nas análises do que denomina como “Nova História Econômica” e nas repercussões do mais famoso trabalho de cooperação entre Robert Fogel e Stanley Engerman, *Time on the Cross*, originalmente publicado em 1974.⁴ Esse livro e o subsequente desenvolvimento dos estudos “cliométricos” demonstraram a alta produtividade do trabalho escravista, mesmo quando comparada ao trabalho livre dos agricultores e operários da Inglaterra e do norte dos Estados Unidos. Os achados de Fogel e Engerman são apresentados por Tomich como limitados e insatisfatórios, mantendo-se “ao largo de domínios políticos, sociais ou culturais” que seriam “insuficiente[s] para qualquer tentativa de escrever um relato histórico coeso e abrangente da escravidão no Atlântico.” (p. 57) Ele acusa Fogel, Engerman e seus seguidores de não darem conta “das relações históricas substantivas

de que suas conclusões são resultado” (p. 61), simultaneamente ignorando as formas sócio-históricas da análise da escravidão. Ou seja, a análise daqueles historiadores seria reducionista, presa a uma região e temporalidades específicas. De certa forma esta crítica parece reforçar a percepção da excepcionalidade norte-americana quanto às formas de dominação escravistas no sul daquela república.

Na segunda parte do capítulo Tomich contesta as categorias do que define como “teoria neoclássica”, utilizada pelos cliométricos. Isso é feito a partir de conceitos do pensamento de Karl Marx, especialmente à concepção de uma história teórica. Na escravidão a força de trabalho não é mercadoria, conseqüentemente a extração do excedente não se faz pelo mercado, mas através do expediente de coerção extraeconômica (subordinação moral e violência física). No capitalismo, o assalariado vende a sua força de trabalho como mercadoria, ou seja, por um dado valor, desencadeando assim a produção da mais-valia, ou a apropriação do sobretrabalho sob a aparência do lucro. Como o escravo não é proprietário de sua força de trabalho e, portanto, não a vende, o trabalho vivo não tem valor; o que possui valor é o escravo. Enfim, na escravidão o sobretrabalho não se transforma em mais-valia. Essa reconfiguração visa à compreensão do que seriam as diferentes formações histórico-sociais do trabalho. Ainda nesta seção o resgate do trabalho de

⁴ Robert Fogel e Stanley L. Engerman, *Time on the Cross: The Economics of American Negro Slavery*, Nova York: W. W. Norton, 1974.

Eric Williams vem no bojo da crítica às pesquisas de historiadores que, como Seymour Drescher e David Eltis, ressaltaram o papel da opinião pública britânica e da ação de um movimento abolicionista alicerçado em questões de consciência religiosa, que teriam sido fundamentais para a primeira onda de abolições no Caribe britânico. Trata-se da continuidade de um debate de longa data na tradição anglo-americana.⁵

A análise das realidades caribenhas empreendidas por Tomich descarta o peso dos argumentos filantrópicos em função de outras considerações, tais como a ausência de áreas de expansão no arquipélago, que diminuía as vantagens comparativas em relação às regiões nas quais a Segunda Escravidão vicejou. Esta análise pauta-se pela necessidade de considerar os processos produtivos segundo suas temporalidades, realizando dessa forma uma síntese capaz de superar o caráter provisório atribuído às conclusões da Nova História Econômica, “válidas no âmbito de um conjunto limitado e limitante de suposições.” (p. 89)

O capítulo de Tomich não parece ter sido originalmente escrito para o público brasileiro. Talvez por isso

careça de uma introdução sobre o impacto e o debate das pesquisas de Fogel, Engerman e seus seguidores nos estudos a respeito da escravidão no sul dos Estados Unidos: de como esses historiadores reverberaram nas discussões acirradas sobre a natureza da sociedade sulista e suas repercussões sobre outras áreas de produção escravista; e de como a publicação de *Time on the Cross* abriu espaço para a disseminação de estudos quantitativos em outras regiões. A dificuldade para acompanhar a crítica de Tomich reside ainda na pouca difusão dos clássicos da cliometria entre uma audiência que, como a brasileira, desconhece, em geral, a importância dessa vertente historiográfica, ressentindo-se da ausência de cursos de história quantitativa, inclusive nos programas de pós-graduação. *Time on the Cross* não foi traduzido para o português. Essa omissão é mais impressionante quando se leva em conta que Robert Fogel foi laureado com o Prêmio Nobel de Economia (1993).

As críticas apresentadas por Tomich se atêm a um plano mais conceitual, o das limitações daquela corrente, e de seus autores principais, para enquadrar suas análises a contextos históricos mais amplos, ou seja, a falta de historicidade do texto na tradição cliométrica. Ressalte-se que entre os autores vinculados àquela corrente, Stanley Engerman não pode ser corretamente acusado de ignorar a comparação histórica, tendo em vista a publicação de um pequeno e provocativo livro, reche-

⁵ Seymour Drescher, *Abolition: A History of Slavery and Antislavery*, Cambridge,: Cambridge University Press, 2009; *idem*, *Econocide: British Slavery in the Era of Abolition*, Pittsburg: University of Pittsburg Press, 1977; e David Eltis, *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*, Nova York: Oxford University Press, 1987.

ado de grandes ideias.⁶ Assim, ainda que Tomich aceite a hipótese da alta produtividade do trabalho escravo em certas regiões, critica a ideia dos estímulos econômicos ao trabalho escravo, enfatizando elementos como o sofrimento, a disciplina e a repressão que teriam sido menos ressaltados pela frieza dos números apresentados pelos cliométricos.

No terceiro capítulo, Rafael Marquese e Ricardo Salles, professores respectivamente da Universidade de São Paulo e da UNIRIO, realizam um balanço da historiografia da escravidão brasileira. Cronologicamente, o estudo abrange o período entre os anos de 1960 até as pesquisas mais recentes. Nesse percurso, os autores listam uma gama ampla de historiadores e debates, começando pela tradição ensaísta, passando pelos trabalhos que enfocaram o conceito de modo de produção até chegar ao impacto proporcionado tanto pelas pesquisas quantitativas como pelas discussões sobre a agência escrava, ambas emergindo com força na historiografia brasileira dos anos de 1990.

Considerar todo esse material em conjunto constitui tarefa exaustiva, que demonstra a capacidade dos autores para ordenar tradições diferentes, nem sempre complementares. Constitui também um experimento de história institucional

relativamente inédito, já que a partir dos anos de 1970 a produção historiográfica brasileira passou a ser formulada majoritariamente no interior das universidades, como resultado do processo de profissionalização. Assim, são também analisadas com maior ênfase as contribuições coletivas dos programas de pós-graduação em História da Universidade de São Paulo e da Universidade Federal Fluminense.

A última parte do capítulo destaca a perspectiva da Segunda Escravidão para a sedimentação de uma síntese das diferentes tradições historiográficas produzidas no país. Os autores vinculam as transformações da agricultura brasileira a um contexto internacional em mutação, permitindo uma renovação abrangente dos estudos sobre a escravidão brasileira. As análises de Marquese e Salles alertam os leitores para as características inovadoras do sistema escravista que emerge a partir da Revolução do Haiti em 1791-1804. Ao final, propõem uma agenda de pesquisas que retome os temas esposados pela historiografia das décadas de 1960 e 1970, conjugando a nova escravidão, as transformações da sociedade imperial e o desenvolvimento do capitalismo global, incorporando “a multiplicidade e a complexidade da agência de ser escravo.” (p. 162)

O capítulo de José Antonio Piqueiras, professor da Universitat Jaume I, na Espanha, trata da temática na historiografia cubana, enfocando as delicadas relações entre

⁶ Stanley Engerman, *Slavery, Emancipation, and Freedom: Comparative Perspectives*, Baton Rouge: Louisiana State University Press, 2007.

a Revolução Cubana de 1959 e as historiografias da escravidão produzidas dentro e fora da ilha. Para o autor, “A Revolução, longe de avançar em direção a uma nova história, aprofundou novos postulados nos eixos da História e dos ensaios tradicionais.” (p. 171) Concentrarei meu comentário na discussão sobre raça e nação apresentada neste longo e detalhado capítulo.

O estudo das relações raciais em Cuba é tema problemático desde a publicação de *Nuestra América*, por José Martí, trabalho que negava a existência das raças no contexto da luta pela independência cubana no final do século XIX. A negação do racismo em Cuba insere-se numa tradição político-cultural que atravessou os períodos republicano e revolucionário.

O trabalho de Piqueiras retoma a importância do trabalho de Moreno Fraginalls, especialmente seu livro mais famoso, *El ingenio*. O livro aborda as contradições da produção escravista para o mercado capitalista. Apesar de sua metodologia rigorosa, a obra de Fraginalls não foi bem recebida pela historiografia oficial cubana, que recomendava que os historiadores marxistas deveriam reinterpretar o passado, não reconstruí-lo a partir de novas evidências.⁷

⁷ Manuel Moreno Fraginalls, *El Ingenio. Complejo económico-social cubano del Azúcar*, 3 vols., Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 1978. Primeira edição de 1964. Uma tradução do primeiro volume desta obra foi publicada no Brasil pela Hucitec.

A persistência do racismo foi negada pelas lideranças da revolução até o final dos anos de 1980. Essa atitude alinhava-se à prioridade conferida aos debates sobre a formação nacional, orientados por postulados da tradição historiográfica do nacionalismo liberal e do marxismo, criando um consenso que foi consolidado pelo isolamento das Ciências Sociais em relação à produção internacional. A partir dos anos 1990 a circulação dos livros de Herbert Klein, Rebecca Scott e Laird Bergard oxigenaram o debate, auxiliando a emergência de uma nova historiografia cubana da escravidão, abrindo espaço para o trabalho de pesquisadores que, como Maria de Carmen Barcia, representariam a abertura de novas perspectivas, temas e instrumentos de pesquisa.⁸

A introdução de uma última seção tratando da Segunda Escravidão pareceu desconectada do resto do texto de Piqueiras, que já vinha tratando a contento das relações entre escravidão e capitalismo na historiografia cubana através de um exaustivo levantamento de autores e obras.

⁸ Herbert S. Klein, *Slavery in the Americas: A Comparative Study of Virginia and Cuba*, Chicago: The University of Chicago Press, 1967; Rebecca J. Scott, *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991; e Laird W. Bergard, *The Comparative Histories of Slavery in Brazil, Cuba, and the United States*, Nova York: Cambridge University Press, 2007; e Maria del Carmen Barcia, *Los Ilustres apellidos: negros en la Habana colonial*, Havana: Ediciones Boloña, 2009.

O último capítulo, de autoria de Edward E. Baptist, professor da Universidade de Cornell, parte das histórias do tráfico interno, vinculado à expansão algodoeira, para realizar uma extensa reconsideração da trajetória de diversas correntes da historiografia da escravidão americana ao longo do século XX. Trata-se de um ponto de partida para a discussão do posicionamento de várias gerações de historiadores quanto às relações entre trabalho escravo, capitalismo e mercado financeiro nos Estados Unidos. O foco é a crítica a uma visão imobilista e passiva dos escravos por parte do *establishment* acadêmico norte-americano. Esse estereótipo sobreviveu de uma forma ou de outra, em todas as correntes historiográficas, desde que a Dunning School reavaliou o período da Reconstrução sob o prisma do racismo. A historiografia da escravidão nos EUA é pensada como uma série de sinédoques: pequenas histórias que representam uma maior. A negação da violência como principal característica das relações senhor-escravo atravessou as obras de Eugene Genovese e o relativismo cultural subsequente.

Trata-se do capítulo mais militante da coletânea, uma vez que enfatiza as consequências no longo prazo do expansionismo financeiro ilimitado, “cuja tempestade mais recente gerou furacões que afetam as pessoas ao redor do globo.” (p. 298) Fica claro o desconforto do autor com as abordagens mais recentes, dentro e fora do campo marxista, que enfocaram o papel da negocia-

ção paternalista e da identidade escrava, levando à percepção “de que tudo se resumia a uma constante interação entre senhor e escravo.” (p. 295) A crise da economia global de 2008 reforçaria a necessidade de reconsiderar a história da escravidão nos Estados Unidos à luz da expansão do capitalismo, feita através de uma globalização orientada pela influência cada vez maior do rentismo. Baptist recupera o protagonismo de empresas de financiamento e securitização, tais como a Lehman Brothers, cuja origem encontra-se no Sul do período pré-guerra civil. A análise propõe uma ruptura com os paradigmas culturais e relativistas que dominaram a historiografia da escravidão na década de 1990, perpetuando a tendência à “representação dos escravos como sinédoque de um negro americano idealizado.” (p. 304)

O livro não apresenta conclusão ou posfácio. Essa omissão não parece gratuita. Ela sugere que os organizadores quiseram deixar aos leitores a tarefa de indagar sobre as potencialidades do uso do estilo de marxismo que adotam como ferramenta teórica para abordagens das relações entre a escravidão, o capitalismo e o tempo histórico, ou, dito de outra forma, da reconsideração do século antiescravista como um período central para o desenvolvimento do trabalho escravo.

Partindo de longas sínteses historiográficas, os pesquisadores envolvidos neste projeto apresentam a Segunda Escravidão tanto como ponto de chegada, quanto condição

necessária para avançar pautas que tragam respostas aos dilemas contemporâneos relativos à precarização do trabalho e da desigualdade e discriminação raciais, em sociedades fustigadas por um processo de globalização profundamente imbricado na ação do capital financeiro. Uma bibliografia de referência ajudaria o leitor a navegar pelas exten-

sas discussões aqui apresentadas. Um glossário de temas e escolas de pensamento daria referência à leitura de textos muito particularizados. Mas estas são faltas que não diminuem o esforço por expandir o debate das conexões entre as formas tomadas pela escravidão no século XIX e suas relações com o capitalismo global através do tempo.

Vitor Izecksohn

Universidade Federal do Rio de Janeiro
vizecksohn@gmail.com